



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 667/26

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.
- Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- Decreto Federal nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.
- Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
- Lei Federal nº 13.421, de 27 de março de 2017 – Dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.427, de 30 de março de 2017 – Altera o art. 7º da Lei nº 8.080/1990 para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, a organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.
- Lei Federal nº 13.721, de 2 de outubro de 2018 – Altera o Código de Processo Penal para estabelecer prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, pessoa idosa ou pessoa com deficiência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Federal nº 9.586, de 27 de novembro de 2018 – Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.
- Lei Federal nº 14.674, de 14 de setembro de 2023 – Altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar.
- Lei Estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007 – Institui, no Estado de São Paulo, pisos salariais para os trabalhadores que especifica e dá providências correlatas. Observação sobre constitucionalidade: o art. 2º foi objeto da ADI nº 6.223, no Supremo Tribunal Federal. A ação foi julgada improcedente, com trânsito em julgado em 4 de fevereiro de 2022. Portanto, não houve declaração de inconstitucionalidade da norma.
- Lei Estadual nº 17.626, de 7 de fevereiro de 2023 – Autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 17.635, de 17 de fevereiro de 2023 – Dispõe sobre a capacitação de funcionários de bares, restaurantes, boates, clubes noturnos, casas de espetáculos e congêneres para identificação e combate ao assédio sexual e à cultura do estupro praticados contra as mulheres.
- Lei Estadual nº 17.637, de 17 de fevereiro de 2023 – Institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional e dispõe sobre preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 17.760, de 2023 – Autoriza o Poder Executivo a instituir, regulamentar e implementar o Programa Saúde da Mulher Paulista, destinado à promoção de ações e serviços de prevenção e assistência integral à saúde da mulher.
- Lei Municipal nº 11.913, de 18 de outubro de 1995 – Institui a Semana da Mulher no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 13.150, de 20 de junho de 2001 – Introduz o quesito “violência de gênero” no sistema municipal de informações em saúde.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 13.172, de 15 de agosto de 2001 – Institui o Programa “Mulher – Sua Saúde, Seus Direitos”.
- Lei Municipal nº 13.191, de 23 de outubro de 2001 – Dispõe sobre a utilização dos espaços publicitários nos ônibus e abrigos de espera para campanhas educativas contra a violência à mulher.
- Lei Municipal nº 13.198, de 30 de outubro de 2001 – Dispõe sobre assistência às vítimas de violência.
- Lei Municipal nº 13.280, de 8 de janeiro de 2002 – Dispõe sobre a criação da Casa Municipal de Apoio à Mulher.
- Lei Municipal nº 13.671, de 26 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 13.770, de 29 de janeiro de 2004 – Dispõe sobre medidas destinadas a priorizar o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social.
- Lei Municipal nº 13.786, de 12 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre a realização de campanhas educativas contra a violência à mulher.
- Decreto Municipal nº 48.495, de 5 de julho de 2007 – Institui o Programa de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Lei Municipal nº 14.673, de 14 de janeiro de 2008 – Dispõe sobre a criação de casas-abrigo para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes.
- Lei Municipal nº 15.043, de 27 de novembro de 2009 – Dispõe sobre os serviços públicos municipais de atendimento à saúde da mulher.
- Lei Municipal nº 15.104, de 2010 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir o evento “Mulher Com Vida”, comemorado anualmente em 8 de março.
- Lei Municipal nº 15.137, de 25 de março de 2010 – Autoriza a celebração de consórcio com municípios do Estado de São Paulo para atendimento às mulheres vítimas de violência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 15.203, de 18 de junho de 2010 – Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- Lei Municipal nº 15.635, de 20 de setembro de 2012 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir o Dia de Luta e Combate à Violência Contra a Mulher.
- Decreto Municipal nº 55.089, de 8 de maio de 2014 – Institui o Projeto Guardiã Maria da Penha.
- Lei Municipal nº 16.068, de 4 de setembro de 2014 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir o Mês do Ativismo pela Não Violência contra a Mulher.
- Lei Municipal nº 16.165, de 13 de abril de 2015 – Institui a ação Ronda Maria da Penha no âmbito da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 56.702, de 9 de dezembro de 2015 – Cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres – CMPM.
- Lei Municipal nº 16.684, de 10 de julho de 2017 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de avisos com o número da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.
- Lei Municipal nº 16.806, de 19 de janeiro de 2018 – Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, mediante utilização de contraceptivo reversível de longa duração.
- Lei Municipal nº 16.823, de 6 de fevereiro de 2018 – Institui o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família.
- Lei Municipal nº 17.218, de 25 de outubro de 2019 – Inclui no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês de Agosto Lilás.
- Lei Municipal nº 17.320, de 18 de março de 2020 – Dispõe sobre a concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.450, de 9 de setembro de 2020 – Institui multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.560, de 31 de maio de 2021 – Dispõe sobre a implantação de acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.579, de 26 de julho de 2021 – Dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de acolhimento emergencial e de auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência.
- Lei Municipal nº 17.638, de 9 de setembro de 2021 – Disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.
- Lei Municipal nº 17.699, de 22 de outubro de 2021 – Determina a inclusão de informações sobre serviços de proteção à mulher vítima de violência nos sítios eletrônicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 60.111, de 8 de março de 2021 – Regulamenta a Lei nº 17.320/2020, relativa à concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica.
- Portaria SMDHC nº 28/2021 – Estabelece o valor do auxílio-aluguel destinado às mulheres vítimas de violência doméstica, nos termos da Lei nº 17.320/2020 e do Decreto nº 60.111/2021.
- Lei Municipal nº 17.803, de 9 de maio de 2022 – Dispõe sobre a responsabilidade dos condomínios residenciais do Município de São Paulo de comunicarem ocorrências de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- Lei Municipal nº 17.840, de 27 de julho de 2022 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de placas informativas da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 nos sanitários femininos de bares, restaurantes, boates, casas de espetáculos e estabelecimentos congêneres.
- Lei Municipal nº 17.884, de 2 de janeiro de 2023 – Institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.957, de 6 de junho de 2023 – Inclui no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia de Combate à Violência nos



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Condomínios contra a mulher, a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, os animais e entre vizinhos.

- Lei Municipal nº 17.962, de 15 de junho de 2023 – Dispõe sobre a divulgação do Programa Tem Saída.
- Lei Municipal nº 18.109, de 3 de maio de 2024 – Dispõe sobre a criação do Programa de Fortalecimento da Saúde Mental e do Enfrentamento à Violência Psicológica entre Mulheres (Wollying).
- Lei Municipal nº 18.122, de 22 de maio de 2024 – Estabelece o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula nas instituições municipais de ensino.
- Lei Municipal nº 18.171, de 24 de julho de 2024 – Dispõe sobre a presença de serviços de segurança em equipamentos públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência.
- Lei Municipal nº 18.371, de 23 de dezembro de 2025 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir no Calendário de Eventos do Município de São Paulo o Dia de Conscientização sobre o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.
- Decreto Municipal nº 64.907, de 19 de janeiro de 2026 – Modifica parcialmente a estrutura organizacional da Guarda Civil Metropolitana – GCM e promove alterações nos decretos municipais que especifica.
- Decreto Municipal nº 65.058, de 27 de março de 2026 – Regulamenta conjuntamente a Lei nº 17.884/2023 e a Lei nº 18.109/2024, relativas ao acompanhamento psicológico de mulheres vítimas de violência doméstica e ao fortalecimento da saúde mental e enfrentamento à violência psicológica entre mulheres.

PL 112/2020 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DE AUXÍLIO ALUGUEL DESTINADO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 138/2026 DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE E A FLEXIBILIZAÇÃO DE REQUISITOS PARA INCLUSÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS
E DE ASSENTAMENTO DO SÃO PAULO

PDL 7/2026 DECRETA O ESTADO DE EMERGÊNCIA DECORRENTE DO
FEMINICÍDIO E DA VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO, ESTABELECE DIRETRIZES E AÇÕES PARA PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 830/2025 ALTERA A LEI 17.320 DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE SOBRE
CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALUGUEL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE
VIOÊNCIA DOMÉSTICA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

PL 318/2025 DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS
DA PREFEITURA DE SÃO PAULO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 574/2023 INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO AO
FEMINICÍDIO E DE COMBATE A TODA FORMA DE VIOÊNCIA CONTRA AS
MULHERES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme
despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068